

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2016. A Portocred S.A., Crédito, Financiamento e Investimento é uma Instituição Financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especializada em soluções de crédito para o segmento de varejo de pessoas físicas. A Companhia mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. Em especial, é cada vez maior o investimento realizado na estruturação da gestão de risco, agregando componentes de inteligência e tecnológicos com o claro propósito de proporcionar condições de alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. A administração da Companhia entende que apesar do momento econômico que inspira cuidados adicionais na condução do negócio, ainda assim há espaço para explorar oportunidades através de acordos operacionais com diversos parceiros comerciais e essa foi efetivamente a estratégia colocada em prática no 1º semestre de 2016. A Instituição demonstra nível satisfatório de eficiência na execução de sua estratégia, consolidando melhoria recorrente em seus resultados operacionais. Diante do cenário econômico, a interpretação a respeito da situação mercadológica é de que as dificuldades para a retomada de crescimento têm se apresentado de forma resiliente e a Instituição mantém-se atenta a esses movimentos, principalmente no que diz respeito aos indicadores de retração na economia. No entanto, mantendo firme propósito de realização do planejamento estratégico, baseado na identificação de oportunidades, novamente obtivemos expansão na geração de carteira de negócios, ao término do 1º semestre do ano 2016, na ordem de 21% em relação ao término do 1º semestre do ano 2015. Com política e controle efetivo de custos, a Companhia vem buscando a cada período de apuração melhores índices de eficiência. A Instituição também se beneficiou dos resultados consolidados de uma política de crédito e cobrança mais assertiva, a qual permitiu o controle da sua inadimplência, mesmo com o crescimento de suas carteiras. É importante salientar também que a Companhia fortalece cada vez mais sua política de controle de riscos de mercado e de liquidez, utilizando estratégias que mantêm em forma adequada o equilíbrio das composições de ativos e passivos da mesma, no que tange aos prazos e taxas operacionais praticados, bem como em relação a não exposição à volatilidade de taxas de mercado. Mantém política que determina os volumes mínimos de liquidez estratégica obrigatórios, com premissas baseadas em relação percentual entre nível de liquidez mínima e o passivo da Companhia. A liquidez estratégica está alocada em títulos da Dívida Soberana e aplicações diárias no mercado interbancário. A Portocred vem cada vez mais investindo no desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa, fortalecendo a excelência da gestão, objetivando tornar o ambiente institucional e organizacional mais transparente, responsável, com pilares de atuação sólidos e acima de tudo, com princípios de justiça consolidados. O índice de Basileia encerrou o semestre com 12,17%, com alcance do objetivo previsto de geração de margem positiva em seus limites operacionais, mantendo-o adequado ao máximo aproveitamento das oportunidades classificadas como rentáveis e permitindo alavancagem controlada na geração de ativos. Os resultados positivos permitiram à Companhia, contando com política de planejamento fiscal e fortalecimento expressivo de provisões para contingências, uma elevação consistente do patrimônio líquido, da ordem de 10% sobre o mesmo período do ano anterior. O retorno sobre o patrimônio para o período foi de 13%. A Portocred agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e permanece ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 – (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante		194.639	152.215
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.949	1.813
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.700	12.569
Aplicações no mercado aberto		21.700	12.569
Títulos e valores mobiliários	6	17.808	15.586
Carteira própria		17.808	15.586
Operações de crédito	7	139.792	116.399
Setor privado		174.899	146.759
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(35.107)	(30.360)
Outros créditos	8	11.268	2.204
Diversos		11.268	2.204
Outros valores e bens		2.122	3.644
Despesas antecipadas	9	2.122	3.644
Não circulante		50.770	58.667
Realizável a longo prazo		46.655	55.313
Operações de crédito	7	38.132	29.332
Setor privado		40.218	30.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.086)	(1.471)
Outros créditos	8	7.234	23.317
Diversos		7.234	23.317
Outros valores e bens		1.289	2.664
Despesas antecipadas	9	1.289	2.664
Permanente		4.115	3.354
Investimentos		26	26
Imobilizado de uso	10	2.837	2.422
Intangível		1.252	906
Total do ativo		245.409	210.882

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação - R\$)

	Nota	2016	2015
Receitas de intermediação financeira		74.270	66.467
Operações de crédito		71.920	64.614
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.350	1.853
Despesa da intermediação financeira		(38.149)	(32.022)
Operações de captação no mercado		(12.840)	(10.216)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7e	(24.388)	(17.243)
Resultado de venda de ativo financeiro	7f	(921)	(4.563)
Resultado bruto da intermediação financeira		36.121	34.445
Outras receitas (despesas) operacionais		(34.068)	(33.996)
Receitas de prestação de serviços		5.772	3.694
Despesas de pessoal	17	(13.762)	(10.805)
Despesas administrativas	18	(21.711)	(22.225)
Despesas tributárias		(3.296)	(2.845)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(1.071)	(1.815)
Resultado operacional		2.053	449
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		2.053	449
Imposto de renda e contribuição social		1.882	5.992
Ativo fiscal diferido	16a	1.882	5.992
Participações Estatutárias no Lucro		(875)	(702)
Lucro líquido do semestre		3.060	5.739
Quantidade de ações no final dos semestres	15a	6.048.869.512	5.890.293.526
Lucro por ação - R\$		0,000506	0,000974

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Lucro líquido do semestre após impostos		3.060	5.739
Constituição/reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7e	24.388	17.243
Resultado de venda de ativo financeiro	7f	921	4.563
Provisão líquida de reversões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	19	594	2.227
Imposto de renda, contribuição social e ativo fiscal diferido	16a	(1.882)	(5.992)
Reversão de outras despesas operacionais		-	(150)
Provisão para outros créditos	19	(8)	(14)
Provisão para remuneração variável		875	-
Atualização de depósitos judiciais	19	(319)	(663)
Depreciações e amortizações		628	506
Lucro Líquido Ajustado		28.257	23.459
Varição de ativos e obrigações			
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(1.130)	17.072
(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez		(4.962)	(12.069)
(Aumento) em operações de crédito		(45.623)	(29.409)
Redução em outros créditos		122	8
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		1.336	933
(Aumento)/Redução em depósito a prazo		4.877	(14.637)
Aumento em recursos de aceites cambiais		19.066	13.448
(Redução)/Aumento em outras obrigações		(2.242)	2.064
Caixa líquido gerado das operações		(299)	869
Imposto de renda e contribuição social pagos		(187)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(486)	869
Atividades de Investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		66	2
Aquisição de investimento/imobilizado de uso		(112)	(332)
Aquisição de intangível		(248)	(359)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos		(294)	(689)
Atividades de financiamentos			
Dividendos e lucros pagos		(170)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(170)	-
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes a caixa		(950)	180
Modificações do caixa ou equivalentes a caixa			
Caixa ou equivalentes a caixa no início do semestre		2.899	1.633
Caixa ou equivalentes a caixa no final do semestre	4	1.949	1.813

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 – (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		19.697	-	5.205	-	24.902
Reversão de dividendos	15.a	-	-	1.497	-	1.497
Lucro líquido do semestre		-	-	5.739	5.739	11.478
Saldos em 30 de junho de 2015		19.697	-	6.702	-	32.138
Saldos em 01 de janeiro de 2016		19.697	-	11.669	-	31.366
Aumento de Capital	15.a	-	1.586	-	-	1.586
Lucro líquido do semestre		-	-	3.060	3.060	6.120
Saldos em 30 de junho de 2016		19.697	1.586	11.669	3.060	36.012

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Instituição com sede na Rua dos Andradas, nº 1001, conjunto 1401, Centro, Porto Alegre/RS, tem como foco o segmento de mercado de crédito a pessoas físicas, com ênfase em crédito pessoal. Seu portfólio de produtos de crédito inclui o CDC (Crédito Direto ao Consumidor), crédito consignado e financiamento de veículos (motocicletas). Adicionalmente, opera com Pessoas Jurídicas, a prazos médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento. A Instituição utiliza recursos próprios e de terceiros, captados por meio da emissão de títulos pré e pós-fixados, especialmente Letras de Câmbio (LC) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. Em 29 de agosto de 2016, a diretoria executiva aprovou as demonstrações contábeis e autorizou divulgá-las a partir desta data. Adoção às normas internacionais de contabilidade: A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)); Resolução CMN nº 3.604/88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)); Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos em conta corrente com resgate imediato e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários detidos pela Instituição foram avaliados e classificados como: - **Títulos mantidos até o vencimento:** A administração tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, os títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) **Operações de crédito:** A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no "rating" "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f) **Despesas antecipadas:** Correspondem a remunerações pagas a terceiros na contratação de empréstimos e financiamentos. A partir do exercício de 2015, a contabilização destas comissões passou a ser efetuada de acordo com a Circular nº 3.693, de 20 de dezembro de 2013, alterada pela Circular nº 3.738, de 11 de dezembro de 2014, segregando-se a parcela referente a origemação das operações e pós-venda, conforme sumariado abaixo:

Remuneração referente à origemação: A partir da referida Circular, as despesas referentes a origemação das operações de crédito deverão ser registradas diretamente como despesas no momento da contratação. Durante o período de transição para essa nova regra, o valor correspondente a um terço (dois terços em 30 de junho de 2015) da parcela da remuneração correspondente a origemação das operações é registrada no ativo, na rubrica de despesas antecipadas e apropriada ao resultado pelo prazo dos contratos de operações de crédito que originaram tal ativo ou até que o contrato seja liquidado, repactuado ou renovado. A parcela restante é contabilizada como despesa do período na rubrica despesas Administrativas.

Remuneração referente aos serviços pós-vendas: A parcela da remuneração referente aos serviços de pós-vendas é apropriada como despesa pro-rata ao longo do prazo do contrato de operação de crédito a que se refere, de acordo com a Circular nº 3.693 do Banco Central. No caso de liquidação antecipada da operação com recursos próprios do devedor ou com recursos transferidos por outra instituição, será cessado o pagamento da referida remuneração.

g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) **Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil do correspondente ativo.

i) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado de uso e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) **Depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e dívidas subordinadas:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

k) **Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo (não circulante):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

l) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é registrada pelo regime de competência e foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 anuais; e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% (15% até 31 de agosto de 2015), calculada e contabilizada antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos, com base nas mesmas alíquotas do imposto de renda e contribuição social corrente, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/2002 e alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

m) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo o provisionado com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência: **Ativos Contingentes:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais riscos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos Contingentes: Avaliados como de perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

n) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, os riscos trabalhistas, tributários e cíveis, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

o) **Resultado por ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades		
Caixa	31	46
Depósitos em conta corrente	1.918	1.767
Total	1.949	1.813

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto		
Revendas a liquidar - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.700	8.399
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	5.000	2.800
Depósito Poupança	-	1.370
Total	21.700	12.569

6. Títulos e valores mobiliários: A composição da carteira de títulos e valores mobiliários e a comparação com o valor de mercado é como segue:

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira própria				
Títulos mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.796	17.796	15.582	15.582
Outras - Títulos de Capitalização	12	12	4	4
Total de títulos e valores mobiliários	17.808	17.808	15.586	15.586

O valor de mercado foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) possuem vencimento em 07/09/2016 e por este motivo estão classificadas no ativo circulante. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/02 do BACEN, a Portocred declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

7. Operações de crédito: As informações da carteira são assim sumariadas:

	2016	2015
a) Diversificação da carteira por produto		
Empréstimos	192.567	149.433
Financiamentos	22.550	28.129
Total	215.117	177.562

b) Diversificação da carteira por prazo

	2016	2015
Circulante	174.899	146.759
Não Circulante	40.218	30.803
c) Diversificação da carteira por atividade		
Serviços	1.174	438
Pessoas físicas	213.943	177.124
Total	215.117	177.562

d) Diversificação da carteira por nível de risco

	2016	2015
A	143.330	(717)
B	935	7.410
C	1.804	12.344
D	2.348	7.950
E	2.332	5.882
F	3.177	6.443
G	2.906	5.024
H	20.011	26.734
Total	33.513	215.117

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	29.886	27.794
Constituições líquidas de reversões	25.402	22.029
Reversão decorrente de cessão de crédito	(1.014)	(4.786)
Baixas de créditos contra prejuízo	(17.081)	(13.206)
Saldo final	37.193	31.831

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras obrigações – Diversas

	2016		2015	
	Circu- lante	Não Circu- lante	Circu- lante	Não Circu- lante
Provisão para riscos trabalhistas (a.1).....	-	4.580	-	1.725
Provisão para riscos cíveis (a.2).....	-	1.123	-	1.517
Provisão para riscos tributários (a.3).....	-	1.496	-	11.605
Provisão despesa de pessoal.....	3.354	-	2.476	-
Credores diversos.....	3.498	-	2.285	-
Outros.....	49	-	395	-
	6.901	7.199	5.156	14.487

I) **Provisão para Riscos:**
a.1) **De natureza trabalhista** - A Instituição é polo passivo em processos judiciais de natureza trabalhista, tanto na condição de solidária como de co-reclamada. A Administração constitui provisão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos.
a.2) **De natureza cível** - Tratam-se de ações revisionais e por danos morais promovidas por clientes. A Administração constitui provisão, considerando as tendências de julgamento das ações para os valores em discussão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos.
a.3) **De natureza tributária** - Composto por demandas de:

	2016	2015
CPMF (I).....	694	1.902
COFINS (II).....	-	8.347
PIS (II).....	-	1.356
OUTROS.....	802	-
Total.....	1.496	11.605

I) CPMF - A Portocred é parte em dois processos referente a CPMF: a) Processo referente a CPMF sobre os anos de 1998 e 1999: A Portocred foi autuada sobre não tributação de CPMF sobre este período. Após período de discussão optou-se por obter os benefícios do REFIS da Copa, de acordo com a Lei nº 12.996 de 2014 e, houve desistência recursal. A Portocred utilizou parte de seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social, para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Tal processo está aguardando atos complementares de consolidação e baixa dos débitos pela Receita Federal do Brasil, por recomendação dos seus assessores jurídicos a Administração manteve saldo residual de R\$ 694 de provisão contábil para atender as eventuais correções até que o processo seja definitivamente encerrado. Para este processo não há depósito judicial atrelado. b) Processos referente a CPMF sobre os anos de 2000 a 2004: Para esse período a natureza de processo é semelhante ao anterior, no entanto, foram feitos depósitos judiciais e constituída provisão para o período de discussão. Esse processo também foi incluído no REFIS da Copa, no entanto, como haviam depósitos judiciais vinculados foi requerida a conversão em renda de parte dos depósitos judiciais vinculados aos processos, o qual foi amortizado no saldo da provisão. Restou saldo de depósito judicial registrado no ativo de R\$ 7.961 em 30 de junho de 2016, o qual excedeu o valor dos cálculos apurados no processo. Em 18 de maio de 2016 a União concordou com os valores compensados para esse processo com o REFIS de 2014 e atualmente aguarda-se apenas a liberação jurídica para levantamento do saldo da conta judicial para a Portocred, no semestre foi revertida a provisão remanescente de R\$ 1.329.

II) PIS/COFINS - Contempla os valores referentes a discussão judicial quanto a inclusão da Receita Financeira na base de cálculo, para os respectivos valores foram efetuados depósitos judiciais, os quais passaram para o caixa da União e se transformou em pagamento de tributo em 23 de fevereiro de 2016.

Movimentação de provisão

	2016		2015	
	Tribu- tária	Traba- lhista Cíveis	Tribu- tária	Traba- lhista Cíveis
Saldo inicial.....	13.006	3.199	1.286	11.087
Constituição (reversão) da provisão.....	-	-	-	783
Reversões (a).....	(1.387)	(289)	(381)	-
Constituição da provisão.....	165	1.980	506	518
Pagamentos/com- pensações (b).....	(10.288)	(310)	(288)	-
Saldo final.....	1.496	4.580	1.123	11.605

a) Valor referente principalmente a reversão da provisão do Refis CPMF anos 2002 a 2004 conforme Ofício do Ministério da Fazenda de 18/05/2016 referente a concordância com os valores de parte autora que sejam transformados em pagamento definitivo calculado para a data de 21/08/2014, conforme processos administrativos o montante é de R\$ 1.329.

b) Valor referente principalmente a compensação sobre o PIS/COFINS que estava em discussão judicial quanto a inclusão da Receita Financeira na base de cálculo, para os respectivos valores foram efetuados depósitos judiciais, os quais passaram para o caixa da União e se transformou em pagamento de tributo em 23 de fevereiro de 2016.

I) **Perdas Prováveis** – Em 30 de junho 2016 a Instituição possui provisionado o montante de R\$ 7.067 (R\$ 14.847 em 30 de junho de 2015) referente as ações classificadas como perdas prováveis.

II) **Perdas possíveis**
a) Contingências Cíveis
a.2) A Instituição é parte em ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado do Pará, contra 51 instituições financeiras, referente a formalização de contrato de empréstimo consignado para idosos, analfabetos e semianalfabetos naquele estado. Em 30 de junho de 2016 o valor da discussão por danos morais coletivos é de R\$ 2.000 para cada instituição financeira citada no processo.

15. **Patrimônio líquido**
a) **Capital Social** - Em 30 de junho de 2016, o capital social é de R\$ 21.293 totalmente integralizado, representado por 6.048.869.512 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 6.045.854.593 ações ordinárias e 3.014.919 ações preferenciais nominativas.
Em 30 de junho de 2016, o capital social é de R\$ 19.697 totalmente integralizado, representado por 5.890.293.526 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 5.887.293.527 ações ordinárias e 2.999.999 ações preferenciais nominativas.

Em 16 de maio de 2016 e 27 de junho de 2016, conforme Atas de Reuniões do Conselho de Administração (ARCAS) foi deliberado o aumento de capital, no valor de R\$ 1.586 com a emissão de 158.561.066 novas ações ordinárias e 14.920 preferenciais totalmente integralizadas pela acionista GAPK HOLDING LTDA, mediante a utilização de crédito, decorrente da distribuição de dividendos. O aumento de capital está pendente de aprovação pelo BACEN em 30 de junho de 2016.

b) **Dividendos** – Conforme determinado no estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme disposto na legislação societária. Em 29 de abril de 2016, conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi deliberado a destinação dos dividendos provisionados no balanço de 31 de dezembro 2015 e o seu pagamento dentro deste exercício social.

16. **Imposto de renda e contribuição social:** Demonstração do cálculo do Imposto de renda e da Contribuição Social:

	2016	2015
	IR/CSLL	IR/CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, acrescido da participação estatutária.....	1.178	(253)
Imposto de renda à alíquota de 15%.....	(177)	-
Imposto de renda à alíquota de 10%, sobre adicional.....	(106)	-
Contribuição social à alíquota de 20% (15% em jun/15).....	(236)	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(519)	-
Diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidas no semestre.....	3.562	6.725
Outras (adições) permanentes.....	-	-
Remuneração dos Administradores não dedutível Outras adições permanentes (brindes, doações e etc.).....	(467)	(454)
	(98)	(36)
Outras diferenças Permanentes e/ou temporárias/prejuízos fiscais não constituídas.....	(596)	(243)

Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido..... **1.882** **5.992**
A Financeira reconheceu em 30 de junho de 2015, os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias com base no Estudo Técnico elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria e Conselho. Com base nas avaliações foram reconhecidos os créditos oriundos da diferença temporária de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os demais créditos existentes são oriundos de prejuízo fiscal e outras diferenças temporárias e montam R\$ 17.863 em 30 de junho de 2016, sendo R\$ 13.851 de prejuízo fiscal e R\$ 3.805 de outras diferenças temporárias. A Administração conservadoramente não reconheceu o registro por se tratar de prejuízos gerados em períodos anteriores e pretendo reconhecer o crédito somente no período em que forem efetivamente utilizados na compensação de lucros tributáveis. Os créditos tributários foram apurados com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2016, conforme nota explicativa 3.I. Em 22 de maio de 2015 o Poder Executivo editou a MP 675/15, convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, que eleva a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. O aumento passou a ter efeito a partir de 1º de setembro de 2015. O valor presente total dos créditos tributários constituídos é de R\$ 5.581 (R\$ 4.208 em 30 de junho de 2015), calculados de acordo com

a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes. Os créditos tributários foram registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. A administração espera realizar o saldo do crédito tributário conforme segue:

	2016	2015
2016.....	-	1.283
2017.....	2.073	1.667
2018.....	3.143	2.249
2019.....	2.018	793
2020.....	184	-
Total.....	7.418	5.992

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

17. **Despesa de pessoal**

	2016	2015
Salário.....	(8.931)	(6.735)
Encargos sociais.....	(2.903)	(2.335)
Outros.....	(1.928)	(1.735)
Total.....	(13.762)	(10.805)

18. **Despesas administrativas**

	2016	2015
Serviços de terceiros.....	(3.822)	(3.358)
Serviços de correspondentes.....	(6.460)	(6.847)
Serviços de cobrança.....	(2.269)	(2.034)
Serviços técnicos especializados.....	(1.764)	(2.037)
Despesa de aluguel.....	(555)	(659)
Despesa de comunicação.....	(1.290)	(1.847)
Despesa de processamento de dados.....	(1.176)	(1.009)
Despesa de viagem.....	(382)	(347)
Despesa de condomínio.....	(101)	(110)
Despesa com emolumentos judiciais.....	(77)	(115)
Despesa com análise de crédito.....	(788)	(825)
Propaganda e publicidade.....	(430)	(358)
Depreciação e amortização.....	(628)	(506)
Outras.....	(1.969)	(2.173)
	(21.711)	(22.225)

19. **Outras receitas (despesas) operacionais**

	2016	2015
Outras receitas operacionais.....	-	-
Atualização de depósitos judiciais.....	319	663
Recuperação de despesas.....	22	24
Provisão para outros créditos.....	8	14
Outros.....	94	217
	443	918

Outras (despesas) operacionais
Descontos concedidos sobre operações de crédito..... (662) (257)
Provisão para riscos..... (594) (2.227)
Outros..... (258) (249)
(1.514) (2.733)
(1.071) (1.815)

20. **Saldos e transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução Bacen nº 3.750 de 30/06/2009, e do pronunciamento CPC nº 05. Estas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médios usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

a) Os saldos mantidos com partes relacionadas são:

	2016	2015
Passivo.....	-	-
Recursos de aceites cambiais.....	3.327	4.812
Diretores.....	-	62
Acionistas - não controladores.....	3.327	4.750
Dividas subordinadas Elegíveis - não controladores.....	5.893	7.106
Acionistas.....	5.893	7.106

Em 30 de junho de 2016, a taxa de remuneração das obrigações por aceites de títulos cambiais emitidos na forma pré-fixada é entre 10 % e 22% ao ano e da dívida subordinada de 22% ao ano.
b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Benefícios de curto prazo a administradores da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é apresentada conforme abaixo:

	2016	2015
Remuneração.....	1.946	1.010
Contribuições INSS/FGTS.....	302	214
Total.....	2.248	1.224

A Portocred S/A não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30 de junho de 2016 e 2015 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

22. **Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resoluções do Bacen. O Banco Central do Brasil - Bacen, através da Resolução nº 4.193/2013, dispõe sobre os requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR). Para a apuração do Capital de Nível I e de Capital Principal foram editadas as Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, ambas com vigência a partir de 1º de outubro de 2013. Estas resoluções estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), as mesmas determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do Patrimônio Líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. Com base nas legislações vigentes a época de cada demonstrativo dos limites operacionais demonstramos os mesmos abaixo, de forma individualizada: Resolução nº 4.193/2013 e resoluções complementares:

	2016	2015
Patrimônio de referência Nível I.....	36.012	32.243
Capital principal.....	36.012	32.243
Patrimônio de referência Nível II.....	3.280	5.315
Patrimônio de referência.....	39.292	37.558
Patrimônio de referência exigido.....	30.817	29.322
Parcela de risco de crédito.....	16.538	14.458
Parcela de risco operacional.....	14.279	14.864
Índice de Basileia.....	12,17%	13,99%

23. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, de liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Instituição. O monitoramento é realizado por meio de relatórios periódicos apresentados para a Diretoria, Presidência e principais gestores com comentários de desempenho e demonstrativos de exposição em relação aos limites estabelecidos institucionalmente.

Risco Operacional: Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.380/2006 foi implementada estrutura de gerenciamento do risco operacional com a finalidade de gerir e mitigar os riscos e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os assuntos relacionados ao risco operacional são reportados periodicamente em comitê com a participação da alta administração e relatórios específicos aos gestores das áreas.

Risco de Mercado: Para atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 3.464/2007 foi implantada estrutura específica para gerenciamento dos riscos de mercado e de suas operações. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas.

Risco de Crédito: A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito da Portocred, é efetuada com base na segmentação de clientes e carteiras, buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites. Desta forma, garante um alto grau de eficiência às políticas em vigor. Para atingir o objetivo de total isenção e segregação de funções, o controle de riscos de Crédito é realizado de maneira independente das funções que originam e aprovam as exposições.

Instrumentos Financeiros: A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

24. **Eventos subsequentes**
Aumento de Capital: Foi aprovado o aumento de capital pelo BACEN, de R\$ 19.697 para R\$ 21.283 dentro do limite capital autorizado (RCAs de 16 de maio de 2016 e 27 de junho de 2016) conforme decisão do gerente-técnico do Deorf/GTPAL, publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2016.

Créditos adquiridos por cessão: Na data de 06 de julho de 2016, a Companhia comprou créditos de outra Instituição Financeira através de contrato de cessão com cláusula de cobrificação, sendo o valor de face dos créditos adquiridos de R\$ 14.154 ao preço de R\$ 12.582, com taxa de desconto de 5,05% a.m.

A DIRETORIA
Rosicler Fatori – Contadora – CRC RS 51.180

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** Porto Alegre - RS
Examinamos as demonstrações financeiras da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Cen-

tral do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 29 de Agosto de 2016.
Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/0-8/R/RS
Fernando Carrasco
Contador
CRC nº 1SP 157.760/RS